



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Requerimento nº de 2013
(Dos Srs. Otavio Leite, Carlos Sampaio e Nilson Leitão)

Requerem seja realizada Audiência Pública com o Diretor-Geral da Agência Brasileira de inteligência – ABIN, **Wilson Roberto Trezza**, para prestar esclarecimentos sobre episódio que teria resultado na prisão de quatro agentes da Abin, que trabalhavam disfarçados de portuários no Porto de Suape, e suspeitos de espionar o governador de Pernambuco, Eduardo Campos.

Senhor Presidente,

Requerem que, com base no art. 58, V da Constituição Federal, e art. 24, VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, seja realizada Audiência pública com o Diretor-Geral da Agência Brasileira de inteligência – ABIN, **Wilson Roberto Trezza**, para prestar esclarecimentos sobre episódio que teria resultado na prisão de quatro agentes da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência, que trabalhavam disfarçados de portuários no Porto de Suape, e suspeitos de espionar o governador de Pernambuco, Eduardo Campos.

JUSTIFICAÇÃO

Chegou ao conhecimento público, por meio de matéria publicada na Revista “VEJA”, do dia 15 de junho do corrente ano, informando que, disfarçados de portuários, quatro agentes da ABIN foram presos sob suspeita de bisbilhotar a vida do governador Eduardo Campos, pré-candidato à Presidência da República.

8721123C07



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diz a notícia:

“Espionagem no Porto”

Disfarçados de portuários, quatro agentes da Abin — o serviço secreto do governo — foram presos sob suspeita de bisbilhotar a vida do governador Eduardo Campos, pré-candidato à Presidência da República

(Hugo Marques e Rodrigo Rangel)

É colossal o esforço do governo para impedir que decole as candidaturas presidenciais do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), e da ex-senadora Marina Silva (sem partido). Nos últimos meses, a presidente Dilma Rousseff reacomodou no ministério caciques partidários que ela havia demitido após denúncias de corrupção, loteou cargos de peso entre legendas desgarradas da base aliada e pressionou governadores do próprio PSB a minar os planos de Campos. Sob a orientação do ex-presidente Lula, Dilma trabalha para montar a maior coligação eleitoral da história e, assim, impedir que eventuais rivais tenham com quem se aliar. A maior parte dessa estratégia é posta em prática à luz do dia, como a volta dos “faxinados” PR e PDT à Esplanada, mas há também uma face clandestina na ofensiva governista, com direito a espionagem perpetrada por agentes do estado. Um dos alvos dessa ação foi justamente Eduardo Campos, considerado pelo PT um estorvo à reeleição de Dilma pela capacidade de dividir com ela os votos dos eleitores do Nordeste, região que foi fundamental para assegurar a vitória da presidente em 2010.

O Porto de Suape, no Recife, carro-chefe do processo de industrialização de Pernambuco, serviu de arena para o até agora mais arrojado movimento envolvendo essa disputa pré-eleitoral. No dia 11 de abril, a Polícia Militar deteve quatro espiões da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que fingiam trabalhar no local, mas há semanas se dedicavam a colher informações que pudessem ser usadas contra Campos. A Secretaria de Segurança Pública estadual já monitorava os agentes travestidos de portuários fazia algum tempo. Disfarçados, eles estavam no estacionamento do porto quando foram abordados por seguranças. Apresentaram documentos de identidade falsos e se disseram operários. Acionada logo depois, a PM entrou em cena. Diante dos policiais, os espiões admitiram que eram agentes da Abin, que estavam cumprindo uma missão sigilosa e pediram que não fossem feitos registros oficiais da detenção. O incidente foi documentado em um relatório de uma página, numa folha de papel sem timbre, arquivada no Gabinete Militar do governador. Contrariado com a espionagem, Eduardo Campos ligou para o chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general

8721123C07

8721123C07



CÂMARA DOS DEPUTADOS

José Elito Siqueira, a quem o serviço secreto do governo está subordinado.

Em uma reunião com aliados do PPS, o governador contou que o general garantiu que não houve espionagem de cunho político, ou de viés eleitoral, mas apenas um trabalho rotineiro. "Nós fazemos apenas monitoramento de cenários para a presidente", ponderou o chefe do GSI. Apesar da gravidade do incidente, o caso foi dado como encerrado pelos dois lados. Poucas pessoas souberam da história. A elas, Campos explicou que não queria tornar público o episódio para não "atritar" ainda mais a relação com o Palácio do Planalto nem causar um rompimento entre as partes. Mas houve desdobramentos. "Tive de prender quatro agentes da Abin que estavam me monitorando", revelou Eduardo Campos. E ainda desabafou: "Isso é coisa de quem não gosta de democracia, de um governo policialesco". Pediu aos aliados que o assunto fosse mantido em segredo. "Não tenho nada a dizer sobre isso", desculpou-se na semana passada o deputado Roberto Freire, presidente da legenda, que estava presente à reunião.

Os agentes detidos no Porto de Suape trabalham na superintendência da Abin em Pernambuco. São eles: Mário Ricardo Dias de Santana, Nilton de Oliveira Cunha Junior.

Renato Carvalho Raposo de Melo e Edmilson Monteiro da Silva. No dia da detenção, usavam um Pálio (JCG-1781) e um Peugeot (KH1-1941). A placa do Pálio é fria, não existe. Já a do Peugeot é registrada em nome da própria Abin. Na semana passada, o agente sênior Mário Santana se aposentou. Nilton Junior e Renato de Melo davam expediente normalmente na superintendência. Já Edmilson Silva, na quinta-feira, estava escalado para o plantão noturno. Nada mais natural. Edmilson Silva tem uma dupla jornada de trabalho. Além de espião, é vereador, eleito pelo PV, no município de Jaboatão dos Guararapes. Vive, portanto, uma situação curiosa. Durante o dia, como vereador, é um defensor das liberdades. Às escuras, como araponga. une-se aos colegas de repartição para violá-las. "Fui ao Porto de Suape algumas vezes apenas para visitar amigos", disse a VEJA o agente-vereador. "Mas nunca fui detido ou preso, nunca usei documentos falsos, não há nenhum registro sobre isso." Funcionário da Abin há trinta anos, Edmilson garante que hoje não existe mais nenhum tipo de ação de monitoramento contra cidadãos ou governantes.

As declarações do agente não encontram sintonia nem com as manifestações dos próprios superiores. No dia 4 de abril, uma semana antes das detenções realizadas pela polícia, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que, a mando do GSI, a Abin montara uma operação para monitorar a movimentação sindical no Porto de Suape. Àquela altura, a presidente Dilma e o governador de Pernambuco estavam em

8721123C07

8721123C07



CÂMARA DOS DEPUTADOS

lados opostos na discussão sobre a MP dos Portos. Campos fazia ressalvas públicas ao texto e recebia em audiências setores do sindicalismo que também eram contrários a posições defendidas pelo Planalto. A operação de monitoramento no porto foi classificada pelo GSI como "gerenciamento de risco" e tinha como objetivo medir a possibilidade de realização de uma greve em Suape e nos demais portos do país. Flagrado em plena ação, o GSI primeiro negou o monitoramento. O general José Elito chegou a tachar de mentirosa a reportagem. O jornal, então, publicou um documento sigiloso que confirmava o monitoramento da Abin sobre os portuários e os sindicatos contrários à MP dos Portos. Restou ao general reconhecer a própria mentira e admitir o óbvio: "A gente monitora tudo, assuntos que possam ser de interesse do país. Tudo o que a gente faz é para assessorar a senhora presidente e os órgãos de governo para decisões oportunas".

Desmentido pelos fatos, o general acrescentou que a ação foi amparada pela lei que criou o Sistema Brasileiro de Inteligência e refletia a preocupação do governo com possíveis greves de portuários. "Não foi um monitoramento de movimento A ou B, mas de cenário." As declarações de Elito foram dadas seis dias depois da detenção dos quatro agentes da Abin. Nas conversas com auxiliares e políticos, Campos deixou claro que tinha sido vítima de uma bisbilhotagem política. Ele seria o alvo. A escolha de Suape não foi à toa. Antes da construção do porto, a economia pernambucana era meramente sucroalcooleira. Com o novo polo, fruto dos investimentos e da ajuda federal decorrentes da ótima relação que o governador mantinha com o então presidente Lula, Pernambuco se modernizou. Diferentes indústrias saíram do papel, como a naval, e uma rede de infraestrutura foi montada. "Tudo em Pernambuco é feito em função de Suape. Viadutos, ferrovias, tudo. A vocação industrial do estado apareceu graças ao porto", diz um ex-ministro do governo Lula. Os grandes investimentos, portanto, passam por lá — assim como as grandes empresas e os financiadores de campanha.

Mais que portuários insurgentes, os agentes da Abin pretendiam mapear eventuais relações espúrias entre Campos e o setor privado. Os agentes detidos faziam perguntas específicas sobre o governador. "No porto, atuam grandes financiadores de campanha e, mais importante, grandes corretores de contribuições eleitorais", diz um parlamentar de Pernambuco. Não se sabe se esse era exatamente o objetivo dos espiões. Campos já havia manifestado contrariedade à força desproporcional usada pelo PT para inviabilizar sua candidatura, mas ainda considerava tais gestos parte do jogo. A entrada em cena da Abin, que já foi usada em outras ocasiões com objetivos meramente políticos, mudou um pouco o ânimo do governador. Procurado na semana passada, Eduardo Campos não quis comentar o caso. "Perguntem ao GSI", limitou-se a dizer. O Gabinete de Segurança

8721123C07



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Institucional informou que "todos os esclarecimentos" sobre a ação dos agentes em Pernambuco já foram dados e que eles não "realizaram nenhuma operação para monitorar o movimento sindical". Sobre a prisão dos espiões, o GSI silenciou. A Abin é um órgão de assessoramento exclusivo do presidente da República. A assessoria de Dilma Rousseff, porém, afirmou que a presidente não foi informada nem da missão portuária dos espiões nem das prisões que se sucederam. Até a última sexta-feira, o general José Elito continuava firme no cargo.

Os escândalos da Abin

A Agência Brasileira de Inteligência deveria assessorar o presidente da República com informações sobre assuntos estratégicos e de interesse do estado. O órgão já se envolveu em casos rumorosos de espionagem clandestina e investigação ilegal.

Em 1999, um agente da Abin foi apontado pela Polícia Federal como responsável pela instalação de um grampo telefônico na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Totalmente ilegal, a ação captou conversas do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Em 2000, uma espiã a serviço da agência foi escalada para seduzir e espionar o procurador da República Luiz Francisco de Souza, na época um implacável perseguidor de corruptos no governo. A agente simulou ter sido vítima de agressão para constranger o procurador.

Em 2008, a Abin destacou um grupo de agentes para trabalhar na chamada Operação Satiagraha - que investigou clandestinamente um rol de autoridades, entre elas a então ministra Dilma Rousseff e o ministro Gilmar Mendes, do STF.

O Jornal “O Estado de São Paulo”, de 11 de abril de 2013, havia noticiado:

“Ação da ABIN. Titular da Secretaria-Geral da Presidência da República diz que monitoramento dos portos via serviço de inteligência atende a questões econômicas, e não políticas; em protesto à vigilância, portuários marcam paralisação para quinta da semana que vem”

‘Não somos ditadura que infiltra gente para saber das coisas’, afirma ministro

Isadora Peron e Daiane Cardoso

8721123C07



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Responsável no governo da presidente Dilma Rousseff por intermediar o diálogo com movimentos sindicais e sociais, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, disse ontem ao Estado que o monitoramento de trabalhadores portuários feito pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi motivado por razões econômicas, não políticas. Segundo Carvalho, o governo não é uma "ditadura" para fazer "arapongagem" de movimentos sindicais.

"Nós não precisamos de arapongagem sobre o movimento sindical porque temos um diálogo com o movimento o tempo todo. Nós não somos um governo repressivo, da ditadura, que tem de infiltrar gente para saber das coisas", afirmou o ministro, que cumpriu agenda ontem na capital paulista.

O Estado revelou na semana passada que a Abin, a pedido do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI), vigiava os passos de sindicalistas no Porto de Suape contrários à Medida Provisória 595, conhecida como MP dos Portos. Esses dirigentes sindicais, ligados à Força Sindical, encontraram-se com o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), provável candidato à Presidência em 2014, e um dos maiores críticos à MP dos Portos. Carvalho rechaçou a tese de que a Abin estaria supervisionando politicamente o movimento sindical no Estado de Campos.

Na ocasião da divulgação da reportagem, o general José Elito, ministro-chefe do GSI, divulgou nota dizendo que era "mentirosa". Na terça-feira, o jornal revelou documento sigiloso que comprova a ação da Abin em 15 Estados litorâneos, incluindo Pernambuco."

Naquela ocasião, após as denúncias, o General José Elito, comprometeu-se a comparecer à Comissão de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso e nada restou esclarecido.

“Chefe de inteligência promete depor na Câmara na quarta

O ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general José Elito, deverá comparecer à Comissão de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso na próxima quarta-feira para prestar esclarecimentos sobre a ação de monitoramento da Abin nos trabalhadores de 15 portos, com especial atenção sobre o Porto de Suape, em Pernambuco. O convite a Elito foi aprovado depois de o Palácio do Planalto acionar o PT no Congresso e operar para evitar a convocação pretendida pelas oposições.

O deputado Nelson Pelegrino (PT-BA), que ontem assumiu a presidência da Comissão de Inteligência no lugar do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), disse que conversou com o general e que este se prontificou a ir ao Congresso. "O ministro me falou que toda a ação está

8721123C07



CÂMARA DOS DEPUTADOS

dentro das normas constitucionais e que não tem nenhum impedimento em esclarecer o que lhe for perguntado", afirmou Pelegrino. "Por mim, se é convocação ou se é convite, não tem importância. O que interessa é que o general preste os esclarecimentos", disse o líder da Minoria na Câmara, Nilson Leitão (PSDB-MT), autor, junto com o líder tucano Carlos Sampaio (SP), do pedido de convocação.

João Domingos e Eduardo Bresciani"

A nova reportagem da Revista VEJA indica que os feitos são mais graves que quiseram nos fazer crer os ministros, e cuja gravidade precisa ser totalmente esclarecida.

Portanto, diante dos fatos ora apresentados, entendemos que a presença do Senhor Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, nesta Comissão, é fundamental não apenas para o esclarecimento dos fatos como também para que esta Comissão possa contribuir com a solução dos graves problemas acima mencionados.

Sala da Comissão, em 10 de junho de 2013.

**Deputado CARLOS SAMPAIO
PSDB/SP**

**Deputado NILSON LEITÃO
PSDB/MT**

**Deputado OTAVIO LEITE
PSDB/RJ**

8721123C07

8721123C07